

Agricultura ganha impulso com novo órgão

09 NOV 1992
CORREIO
BRASIL
FOLHA

As perspectivas da safra agrícola brasileira serão mais promissoras a partir do próximo ano, quando o Distrito Federal passará a contar com o seu Conselho de Política Agrícola, Agrária e Fundiária. Essa, a expectativa do deputado Aroldo Satake, vice-líder da bancada governista na Câmara Legislativa, para quem é inadmissível que Brasília continue importando 72 por cento dos hortifrutigranjeiros que consome: "Vamos definir como titular as áreas com até 25 hectares, primeiro passo para que o produtor possa investir mais na terra, antecipando", anunciou o deputado ao anunciar um encontro para esta semana com o secretário da Agricultura Nuri Andraus, com quem discutirá o assunto.

Aprovado pela Câmara Legislativa no início do ano e já sancionado pelo governador Joaquim Roriz, o Conselho de Política Agrícola, lembrou Satake, terá influências diretas sobre todos os programas voltados para a área rural. Orientado pelo próprio secretário da Agricultura, o organismo, segundo o deputado, fiscalizará os projetos de assentamento no campo, se manifestará acerca dos pedidos de alienação e titulação de áreas agricultáveis e opinará, sempre que necessário, sobre os recursos financeiros que forem alocados para o setor.

Constituído paritariamente por representantes dos órgãos governamentais ligados à agricultura e ao meio ambiente, além de membros dos conselhos regionais de Engenharia e de Economia, o CPAF deve elaborar, imediatamente após a sua implantação, dispositivos que regulamentem a concessão de terras públicas. Essas áreas só poderão ser transferidas através de contratos, constando, entre outras exigências, a obrigatoriedade de a terra ser explorada diretamente pelo concessionário, que deverá manter residência fixa na localidade a ser explorada.

Urgência — Segundo Aroldo Satake, as soluções "para os grandes e graves problemas da agricultura do Distrito Federal são urgentes". O deputado se disse particularmente preocupado com um "cartel do calcário" que estaria atuando em Brasília em prejuízo dos produtores rurais.